

<i>Esclarecimentos Preliminares</i>	9
---	---

PRIMEIRA PARTE — FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

1.1 SENTIDO E CULTURA

1.1.1	O objeto no conhecimento	
1.1.1.1	Noção de objeto.....	13
1.1.1.2	Ontologias regionais	14
1.1.1.3	Objetos culturais e Direito	17
1.1.2	O valor	
1.1.2.1	Noção de valor.....	18
1.1.2.2	Classificação dos valores.....	21
1.1.2.2.1	Classificação dos valores quanto à amplitude	21
1.1.2.2.2	Classificação dos valores quanto ao tempo	24
1.1.2.2.3	Classificação dos valores quanto à legitimidade	25
1.1.2.2.4	Classificação dos valores quanto à matéria	28
1.1.3	O sentido	
1.1.3.1	Noção de sentido.....	28
1.1.3.2	O sentido é inesgotável por definição.....	31
1.1.3.3	O sentido da natureza.....	42
1.1.4	O envolvimento entre sentido e cultura é inextricável, mas não imobilizador.....	44

1.2 SENTIDO E LINGUAGEM

1.2.1	Noção de linguagem.....	48
1.2.2	Teorias tendentes à elucidação da origem e natureza da linguagem	51
1.2.2.1	A linguagem como convenção	51



1.2.2.2	A linguagem como algo existente por natureza.....	57
1.2.2.3	A linguagem como instrumento	64
1.2.2.4	A linguagem como acaso?	66
1.2.3	O envolvimento existente entre linguagem e sentido.....	67
1.2.4	Sentido, linguagem e Direito	78
1.2.5	Impropriedade da identificação entre sentido e significação.....	81

1.3 NOÇÃO DE HERMENÊUTICA

1.3.1	Considerações propedêuticas	83
1.3.2	O fluxo circular entre interpretação e Hermenêutica não lhes mistura as essências	
1.3.2.1	Elucidação inicial	85
1.3.2.2	Hermenêutica e Teoria do Conhecimento.....	87
1.3.2.3	Um complexo estrutural e operacional voltado à produção do sentido e à adequada escolha deste	93
1.3.3	Hermenêutica e Direito	98

SEGUNDA PARTE — EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA EM MATÉRIA INTERPRETATIVA

2.1 A INSERÇÃO DO HOMEM NA COLETIVIDADE

2.1.1	Uma temática abrangente e antiga	105
2.1.2	Na exaltação cristã do indivíduo, um organicismo teologista implícito	106
2.1.3	O homem coletivo no pensamento moderno.....	114

2.2 A DESCOBERTA DO INDIVÍDUO HUMANO

2.2.1	O cosmo cede vez ao homem	131
2.2.2	Deus encontra o indivíduo	134
2.2.3	Renascimento e liberalismo: completa-se a descoberta do indivíduo e se opera sua consagração.....	138
2.2.4	Outras considerações, a título de fecho	143

2.3 UM LONGO ESFORÇO DE BEM INTERPRETAR

2.3.1	Onde está o homem, está a interpretação.....	146
2.3.2	As correntes hermenêuticas modernas	
2.3.2.1	Digressão preliminar	155
2.3.2.2	Escola da Exegese	156

2.3.2.3	A Livre Investigação do Direito	158
2.3.2.4	O Direito Livre	162
2.3.2.5	Algumas formulações hermenêuticas “realistas”	165
2.3.2.6	A teoria cossiana	169
2.3.2.7	No espírito germânico, um profundo mergulho filosófico	173
2.3.2.8	Viehweg, a Tópica e a “clausura organizacional”	178
2.3.2.9	A Lógica do Razoável	181

TERCEIRA PARTE — DA INTERPRETAÇÃO INESGOTÁVEL À HERMENÊUTICA TOTAL

3.1 AFIRMAÇÃO DA INAFASTABILIDADE DO TODO

3.1.1	Intrínseca e extrinsecamente, o todo está presente	187
3.1.2	Sustentação científica e filosófica desses argumentos	189
3.1.2.1	Consideração extrínseca: o cósmico e o social	189
3.1.2.2	Consideração intrínseca: no ordenamento jurídico	199
3.1.3	Em resumo, um gráfico elucidativo	203

3.2 A DIGNIDADE DA PARTE

3.2.1	Observação preliminar: a parte como norma	205
3.2.2	A parte enquanto ser humano	207

3.3 INTERPRETAÇÃO INTEGRADORA

3.3.1	Conceito de interpretação integradora	220
3.3.2	Riqueza da interpretação integradora	231
3.3.3	Há meios de conciliar riqueza de sentido e estabilidade	235

3.4 HERMENÊUTICA TOTAL

3.4.1	Por uma Hermenêutica total	243
3.4.2	O fundamento filosófico da Hermenêutica total é a inesgotabilidade do sentido	244
3.4.3	Em busca do sentido adequado	245
3.4.4	Um novo foco sobre velhos brocados	261
3.4.4.1	“Se a lei for clara, não se faz necessário interpretá-la” ...	263
3.4.4.2	“Os casos idênticos regem-se por disposições idênticas”	263
3.4.4.3	“Onde existe a mesma razão fundamental, prevalece a mesma regra de Direito”	263
3.4.4.4	“O que é especial, acha-se incluído no geral”	264

3.4.4.5	"Onde a lei não distingue, o intérprete não deve distinguir"	264
3.4.4.6	"Restrinja-se o odioso, amplie-se o favorável"	265
3.4.4.7	"Altere-se o menos possível aquilo que sempre foi entendido do mesmo modo"	265
3.4.4.8	"Dê-se aos textos a inteligência que torne viáveis seus objetivos, ao invés da que os reduza à inutilidade"	266
3.4.4.9	"O texto referente ao principal rege também o acessório"	266
3.4.4.10	"As disposições devem ser interpretadas de modo que não pareça haver palavras supérfluas e sem força operativa"	266
3.4.5	Sugestão de novos brocardos	
3.4.5.1	"Entre uma incerteza menor e outra maior, devemos sempre optar pela menor"	266
3.4.5.2	"O sentido cuja execução for mais viável, num mesmo contexto de justiça, deve ser o preferido"	267
Bibliografia		269